



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

A ATUALIDADE DO PENSAMENTO DE CLOVIS MOURA PARA ANÁLISE DO APROFUNDAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19

ANA PAULA PROCOPIO ¹

RESUMO: A pandemia de COVID-19 acirrou contradições estruturais da organização da vida social em nível mundial, escancarando o abismo de desigualdade entre os mais ricos e os pobres e miseráveis em todo planeta, demonstrando a articulação entre as dimensões estruturais e a conjuntura de crise política, econômica e pandêmica. O pensamento de Clovis Moura confere unidade aos processos históricos latino-americanos: colonialismos, escravismos, abolicionismos sem direitos, pobreza estrutural, concentração de riqueza, dependência econômica e os contínuos esforços dos países de capitalismo central na manutenção da exploração. O artigo mostra a contribuição do autor para pensar os desafios do aprofundamento da questão social no contexto da pandemia de Covid-19.

PALAVRAS-CHAVE: Pandemia de Covid-19; Clóvis Moura; Formação social brasileira; Questão social, Racismo estrutural.

ABSTRACT: The Covid-19 pandemic has exacerbated structural contradictions in the organization of social life

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro

worldwide, widening the gap of inequality between the richest and the poorest and most miserable across the planet, demonstrating the articulation between the structural dimensions and the crisis conjuncture. political, economic and pandemic. Clovis Moura's thought gives unity to Latin American historical processes: colonialism, slavery, abolitionism without rights, structural poverty, concentration of wealth, economic dependence and the continuous efforts of central capitalist countries to maintain exploitation. The article shows the author's contribution to thinking about the challenges of deepening the social issue in the context of the Covid-19 pandemic.

KEYWORDS: Covid-19 Pandemic; Clovis Moura; Brazilian social formation; Social issue, Structural racism.

1. INTRODUÇÃO

A pandemia de Covid-19 causada pela propagação do vírus SARS-CoV-2 ou Novo Coronavírus acirrou contradições estruturais da organização da vida social em nível mundial, escancarando o abismo de desigualdade entre os mais ricos e os pobres e miseráveis em todo planeta, demonstrando, portanto, a articulação entre as dimensões estruturais e a conjuntura de crise política, econômica e pandêmica. Uma realidade que para além das repercussões sanitárias em escala global, agudizou as iniquidades que já constituíam a vida de amplos segmentos sociais muito antes da pandemia. Verificamos a exacerbação das iniquidades raciais, que no caso brasileiro são a base de sua fundação como nação e o barro de modelagem da questão social no país. Uma afirmação do caráter estrutural e estruturante do racismo nas sociedades contemporâneas, pois organiza todas as dimensões da vida social, não como uma anomalia, mas como o modo próprio de funcionamento do sistema (Almeida, 2018).

Entre os anos de 2020 e 2022 foram intensificadas as condições de reprodução do racismo no interior das relações de dominação e exploração de classe, na medida em que as respostas e não-respostas de enfrentamento da pandemia pelo Estado brasileiro mostraram-se tanto racializadas e generificadas como funcionais para a lógica de acumulação vigente. É exemplar, nesse sentido, a morosidade do governo federal em

adquirir e organizar a distribuição de vacinas e a resistência na realização de testagem massiva da população, o que poderia ter contribuído para um planejamento de contenção da contaminação, mas foi célere no gasto de quase R\$ 90 milhões de reais na compra de remédios ineficazes baseado num suposto “tratamento precoce” que se demonstrou totalmente fora de parâmetros científicos (BBC, 2021). Essa forma de gerenciamento da crise sanitária acirrou as contradições estruturais de uma organização social capitalista e dependente, em que os números da mortalidade de populações negras e indígenas por Covid-19 reproduzem os dados de desigualdades destes segmentos sociais em relação às populações brancas.

Conforme monitoramento da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil-APIB são mais de 74.000 indígenas infectados pela doença e 1.317 morreram, totalizando 162 povos atingidos diretamente. Uma situação alarmante quando lembramos que no último Censo brasileiro (2010) a população indígena representava 0,4% da população. Essas mortes contabilizadas devem ser entendidas no bojo das contradições que determinam os diferentes modos de nascer, viver, adoecer e morrer. Isso porque a circulação do vírus não é democrática. Ainda que possa contaminar diversamente as pessoas, a capacidade de proteção e as chances de recuperação frente à ameaça biológica repetem as condições sociais injustas da vida social.

Se olhar para todas as doenças infecciosas que não conseguimos erradicar no nosso país, como tuberculose e hanseníase, elas são mais frequentes entre a população preta e pobre. Porque a população que tem dinheiro e acesso consegue achar meios para diminuir a contaminação entre si, e aí isola o agente infeccioso entre a população que está autorizada a morrer. (BORRET, 2020)

As medidas de higienização, distanciamento social e isolamento, recomendações básicas da Organização Mundial de Saúde - OMS para a contenção da circulação do vírus e redução do contágio mostraram-se inviáveis para grandes parcelas da população, o que tornou a crise sanitária mais mortal para aqueles com menos acesso ao saneamento, que vivem em domicílios com maior concentração de pessoas, em situação de trabalho informal ou desemprego. Nesta direção, um contexto pós-pandêmico não significa o fim da crise sanitária.

No início da pandemia o Ministério da Saúde precisou ser pressionado pelas entidades da Coalização Negra por Direitos para colocar nos formulários os itens sobre cor ou raça, gênero e bairros das pessoas com Covid-19. Os boletins só passaram a incluir esses dados a partir de abril de 2020, quase um mês e meio depois da confirmação do primeiro caso de

Covid-19, uma demora que prejudicou a análise inicial sobre as desigualdades na forma de adoecimento (Fiocruz, 2021). Uma coleta que continua defasada em virtude da subnotificação que persiste reforçando o racismo institucional. Ainda assim, os números mostram que há uma morte para cada três brasileiros negros hospitalizados por Covid-19, enquanto entre brancos a proporção é de uma morte a cada 4,4 internações. Em São Paulo, por exemplo, bairros com maior concentração de negros têm mais óbitos pela doença. Não por acaso a primeira trabalhadora vítima de Covid-19 no Estado do Rio de Janeiro, foi uma mulher negra Cleonice Gonçalves, empregada doméstica, contaminada por seus empregadores.

A pandemia tem servido de justificativa para o Estado invocar medidas autoritárias e antidemocráticas, como justificáveis em virtude da calamidade pública. A pressão do capital por aumento das taxas de lucro tem a ultraprecação e o descarte de pessoas como estratégias de valorização. Uma reorganização brutal da força de trabalho que traz embutida uma mágica insustentável, a valorização do capital sem a força de trabalho. Uma utopia capitalista materializada nas violentas ofensivas contra a classe trabalhadora, pela intensificação dos mecanismos de superexploração e descartabilidade do trabalho humano, como exemplifica uma manchete sobre a redução de empregos no setor de comércio: *“Varejo sem vendedor e caixa já é realidade”* em que a reportagem exalta o supermercado do futuro, em que as pessoas fazem a compra, pagam e levam os produtos para casa sem a mediação de nenhum trabalhador, como uma novidade a ser ampliada no país.

O contraste das desigualdades ficou mais evidente na pandemia. Quais os trabalhadores identificados como essenciais para trabalhos presenciais? O que foi considerado essencialidade envolve quais segmentos raciais e de gênero? Quais trabalhadores ficaram “livres” para serem aglomerados no transporte público? Quais territórios não têm água encanada e esgotamento sanitário adequado? Quem mora nesses territórios? Os que trabalham na informalidade, que não conseguiram acessar auxílios, que ganham menos, moram nas favelas e periferias vivem cotidianamente o risco de acidentes de trabalho sem acesso a proteção, inclusive de contrair Covid-19 e que não por casualidade nos países latino-americanos são as populações negras e indígenas os segmentos mais marcados por vidas precárias (Butler, 2011).

Na América latina o capitalismo dependente e a superexploração são características intrínsecas das formações nacionais. A colonização e a escravidão assentadas na hierarquização das diferenças entre conquistadores e conquistados também entronizaram a

ideia moderna de raça² que situou as pessoas nativas dos territórios invadidos e os africanos diaspóricos em uma condição “natural” de inferioridade em relação aos invasores, uma formatação ideológica que se manteve mesmo com as independências das colônias.

Os condicionantes estruturais que constituem os proletariados e burguesias latino-americanas, bem como os limites das suas legalidades democráticas liberais e os capitalismo dependentes são a base destas nações, porém as relações entre os Estados nacionais e as sociedades de classes incluem também as populações negras e indígenas como sujeitos históricos atuantes nas diferentes formações sociais. É nesta direção que o pensamento de Clovis Moura confere unidade aos processos históricos latino-americanos: colonialismos, escravismos, abolicionismos sem direitos, pobreza estrutural, concentração de riqueza, dependência econômica e os contínuos esforços dos países de capitalismo central na manutenção das condições da primazia de exploração. Isso porque sua abordagem teórico-metodológica promove uma leitura das realidades nacionais em termos de unidade dialético-concreta entre as dimensões do particular e do universal. É também a partir do seu pensamento que este artigo aborda o aprofundamento da questão social no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil.

2. O “NOVO NORMAL” NA VELHA INDIFERENÇA: RACISMO ESTRUTURAL E AS CONTRIBUIÇÕES DE CLOVIS MOURA PARA ANÁLISE DO APROFUNDAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL NA PANDEMIA

O racismo é um multiplicador ideológico que se nutre das ambições políticas e expansionistas das nações dominadoras e serve-lhe como arma de combate e de justificativa para os crimes cometidos em nome do direito biológico, psicológico e cultural de “raças eleitas”. Há também o racismo interno em várias nações, especialmente nas que fizeram parte do sistema colonial, através do qual suas classes dominantes mantêm o sistema de exploração das camadas trabalhadoras negras [...]. (MOURA, 2014)

No Brasil pandêmico, o chamado “novo normal” foi constituído de “escândalos de desvio de verbas para o enfrentamento da pandemia”; “falta de água e sabão para lavar as mãos”; “dezenas de milhares de pessoas invisíveis na miséria”, muitas que não tinham sequer documentos para acessar um auxílio emergencial cuja logística desordenada fez com que centenas tivessem que se expor em filas e aglomerações no período mais crítico da

2 O termo raça conforme utilizamos está ancorado na perspectiva de Munanga (2003), como um conceito carregado de ideologia que nada tem de natural e que encobre relações de poder e de dominação.

pandemia; “teve a chacina de Paraisópolis, favela situada em São Paulo”; “o assassinato e sequestro do corpo do jovem João Pedro Mattos Pinto dentro de casa em São Gonçalo, município periférico do estado do Rio de Janeiro”; “o policial se equilibrando sobre o pescoço de uma mulher negra de 51 anos, em São Paulo”. Acontecimentos cotidianos que são o reflexo de indiferenças históricas e contemporâneas, como na desconsideração da humanidade de Miguel Otávio uma criança de apenas 05 anos abandonada pela patroa da mãe no elevador de um prédio de luxo em Pernambuco, enquanto ela trabalhando como empregada doméstica levava os cachorros da casa para passear. Sua morte é consequência do racismo e do sexismo nas relações de trabalho, e revela, na atualidade, uma realidade de violência e desproteção das mulheres negras, que experimentam, ainda no século XXI, relações coloniais. A pandemia no Brasil tem cor e gênero. As mulheres negras são maioria nas ocupações mais precarizadas, insalubres e mal remuneradas.

Mulheres e homens negros são os trabalhadores mais expostos ao vírus, com poucos ou mesmo sem direitos trabalhistas, pacientes da fila de espera por vagas em uma saúde pública que não garantiu para todos o acesso aos respiradores, instrumentos essenciais para sobreviver à doença nos casos mais graves. Não consigo respirar! Não é uma metáfora. É racismo! O racismo estrutural que organiza as sociedades contemporâneas, e na pandemia os grupos mais atingidos por iniquidades raciais são os mais expostos a circulação do vírus e com menos condições de recuperação.

Gonzalez (1984) desvela as condições históricas de existência material das populações negras quando nos lembra que desde o período colonial a forma de organização socioespacial no Brasil define e é definida pela naturalização de uma separação física entre dominadores e dominados

[...] O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas etc., até à polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado até aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (...) dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (...) No caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. É por aí que se entende por que o outro lugar natural do negro sejam as prisões. A sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista, tem por objetivo próximo a instauração da submissão (p. 232).

Clovis Moura chamava atenção em seus estudos sobre a coerência metodológica na produção do conhecimento sobre a realidade social, no sentido de determinar a partir dos critérios objetivos de análise – os dados – o que é determinante e o que é secundário. Se transpusermos para o momento que vivemos, podemos nos perguntar: *O que afinal é novo?* Ao que não podemos mais ficar indiferentes e que pode abrir perspectivas para uma práxis social – que através da ação política – atue no que é fundamental e destrua o que mantém a estabilidade do sistema?

Consideramos que a abordagem teórico-metodológica de Moura é uma das contribuições de seu pensamento para pensar os desafios da atualidade. Isso significa, por exemplo, entender que a história do trabalho no Brasil e nos demais países latino-americanos foi forjada a partir das lutas dos povos negros e indígenas, explorados e oprimidos pela imposição de uma colonialidade do poder (Quijano, 2005) que constantemente atualiza as estratégias de manutenção das contradições estruturais. Identificamos no seu pensamento a apropriação da teoria marxista como fundamento teórico-metodológico para uma ação criativa e transformadora que denuncia as “mudanças que mantém tudo igual” e entendendo que do ponto de vista das classes populares e das relações de produção “a história do trabalho no Brasil ainda não foi escrita” (Moura, 1995).

Na interpretação da dinâmica que organizou a passagem do modo de produção escravista para o trabalho livre no Brasil, Moura destaca as categorias *contradição* e *conflito* como medulares da forma social que prevaleceu e não as áreas neutras e estáticas de conciliação existentes no sistema que antecedeu o capitalismo dependente.

[...] sempre tivemos uma posição teórica oposta à daqueles cientistas sociais que igualam o fundamental, ao secundário; o substantivo, ao adjetivo; o conjunto, ao detalhe; o objetivo, ao subjetivo e o comparativo ao analógico. Procuram assim, por questões ideológicas algumas vezes invisíveis pelo recurso da erudição de fichário, que substitui o conhecimento, demonstrar que no modo de produção escravista brasileiro a conciliação, a barganha, o acordo sobrepuseram-se ao conflito e ao descontentamento; a pacificação à violência e a empatia à resistência social, política e cultural nos seus diversos níveis. Para eles, os sociólogos e historiadores que trabalham com a categoria contradição e do conflito como elemento central da dinâmica social estariam se deixando influenciar por elementos emocionais extra científicos, ideológicos, ou por uma visão não científica das relações senhor/escravo. No entanto, há uma série de sociólogos e historiadores trabalhando atualmente, cada um a seu modo, com o conceito de conflito (portanto, da contradição) como elemento explicador da dinâmica social (MOURA, 1994, p. 18).

No Anti-Dühring, Engels demonstra que as contradições dialéticas se caracterizam em contraste com as oposições ou conflitos reais, pois os polos pressupõem-se mutuamente, constituindo uma oposição inclusiva (Silva, 2017).

Enquanto encararmos as coisas como inertes e inanimadas, cada uma para si, uma ao lado da outra e uma depois da outra, de fato não depararemos com contradições entre elas. Encontramos nelas certas propriedades – em parte comuns, em parte diferentes e até contraditórias entre si – mas, nesse caso, distribuídas em coisas diferentes e, portanto, não contendo nenhuma contradição em si. Na mesma medida em que esse campo de análise é suficiente chegamos a bom termo com o pensamento metafísico habitual. Porém, tudo muda completamente de figura assim que examinamos as coisas em seu movimento, em sua mudança, em sua vida, na incidência recíproca umas sobre as outras. Nesse caso, envolvemo-nos imediatamente em contradições. O próprio movimento é uma contradição; o simples movimento mecânico de um lugar para outro só pode se efetuar de tal modo que, no mesmo momento, um corpo está num lugar e simultaneamente está em outro, um corpo está no mesmo lugar e não está nele. E o contínuo pôr e a simultânea resolução dessa contradição são precisamente o movimento (ENGELS, 2015, p.151).

Esta perspectiva de contraste associada ao tema da unidade dos contrários, na qual se baseia a dialética ontológica marxista, fundamenta as formulações de Moura sobre a formação sócio-histórica e nos direciona para uma análise que situa a participação dos segmentos sociais negros e indígenas na modelagem da questão social brasileira. Nestes termos, a unidade e a luta dos contrários são determinantes para as coordenadas metodológicas que se propõem a interpretação e transformação radical da realidade social:

[...] para se conceber amplamente todos os processos do mundo em sua “autodinâmica”, em seu desenvolvimento espontâneo, em sua verdadeira vida, é necessário conhecê-los como um todo constituído de contrários. A evolução é uma “luta” de princípios antagônicos. Há duas maneiras de conceber a evolução [...]: a evolução como redução, o acréscimo como repetição; ou então, essa mesma evolução unidade de contrários (desdobramento do um em princípios que se excluem e relações entre esses princípios antagônicos) (LÊNIN apud MOURA, 1978, p. 60).

Consideramos ainda que a dialética, como categoria do método, contém um elemento prático-filosófico fundamental, pois é o movimento dialético que faculta caracterizar o ser humano como um ser livre, não livre em estado absoluto, mas um ser que pode pensar a sua práxis, que pode organizar a sua atividade e que no caso brasileiro significa, por exemplo incorporar como válidas as estratégias de lutas, as resistências e os conhecimentos negros e indígenas sobre a vida social. Um caminho de movimento que Lélia Gonzalez nos explicou de forma brilhante nos anos 1980:

Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência

exclui o que memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala através das mancadas do discurso da consciência. O que a gente vai tentar é sacar esse jogo aí, das duas, também chamado de dialética. E, no que se refere à gente, à crioulada, a gente saca que a consciência faz tudo prá nossa história ser esquecida, tirada de cena. E apela prá tudo nesse sentido. Só que isso tá aí... e fala. (GONZALEZ, 1984)

É um caminho que cria desafios e implica em apreender novas determinações da realidade, cujas particularidades ensejam a historicização de categorias, como por exemplo, luta de classes, isso porque:

Toda explicação dialética é histórica. Ela está comprometida com a configuração histórica que está em questão. Daí porque é equívoco, [...], usar a categoria “Estado burguês” nos países da África, da Ásia e da América Latina, de modo indiscriminado. Usar “Estado Bonapartista” nos países da África, da Ásia e da América Latina, de modo indiscriminado. Porque “Estado Bonapartista” é uma categoria que Marx construiu refletindo sobre a história da França numa certa conjuntura. Esta categoria, “Bonapartismo”, é uma construção teórica, é explicativa, desvenda certas determinações que constituem o poder burguês, numa sociedade burguesa. Agora essa categoria não pode ser transposta e aplicada de modo ingênuo aqui ou acolá. É preciso que a pesquisa que se queira fazer sobre uma configuração histórica que parece ser Bonapartista, recrie a categoria naquela conjuntura. (IANNI, 2011, p. 406)

Com o livro *Rebeliões da Senzala*, Clóvis Moura, já em 1959, interpretou a escravidão no período colonial como sendo demandada pelo mercantilismo e geneticamente articulada aos processos de acumulação primitiva e de expansão do capitalismo. Neste sentido, considerou que o escravismo moderno, como modo de produção, reproduziu na sua estrutura e refletiu na sua dinâmica as leis econômicas fundamentais do modo de produção escravista antigo, sendo a mais importante a equiparação do escravo aos animais usados nos processos produtivos, como bestas e cavalos (Moura, 2013). Um manejo jurídico, e, portanto, ideológico, que foi incorporado à vida social de tal modo que sustenta ainda no tempo presente a naturalização das iniquidades raciais mantenedoras das populações negras como o segmento prioritário da condição de pauperismo e da superexploração que caracterizam a questão social no Brasil.

Em sua gênese a questão social é a expressão da generalização do trabalho livre e do assalariamento nas sociedades modernas europeias. Está diretamente relacionada ao pauperismo como expressão concreta da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e a apropriação privada do excedente produzido. Foi pela efetiva ameaça dos

pauperizados à ordem burguesa que o pauperismo foi designado como “questão social” (Netto, 2001).

Na perspectiva teórica crítica a questão social não é significada como desdobramento de problemas sociais que a ordem burguesa herdou como traços invariáveis da sociedade humana. Ao contrário, está ligada ao tipo de sociabilidade que é hegemônica no capitalismo, mas que acompanha as especificidades históricas das sociedades capitalistas. Neste sentido, para avançarmos no debate sobre a questão social no Brasil [...] é necessário investir na elucidação concreta das relações entre as expressões particulares da questão social e as modalidades universais de exploração na sociedade capitalista, considerando a complexa totalidade dos sistemas de mediações nos quais a lei geral da acumulação capitalista se realizou no país (SILVA, 2017, p. 91).

O Brasil foi o último país da América latina a abolir a escravidão como sistema legítimo. E em 1888 o capitalismo na sua fase monopolista demandou determinações específicas para a forma da abolição no país. Os compromissos exigidos forjaram soluções estruturais afinadas com as necessidades internacionais, que se transformaram em mecanismos subordinadores *para dentro e para fora*, e que organizaram a passagem do escravismo para o capitalismo dependente e periférico. Em paralelo à decomposição do escravismo, os países de capitalismo central passaram a aplicar capitais em setores estratégicos como os portos, as estradas de ferro e os bancos.

[...] A Abolição conserva a estrutura latifundiário-oligárquica. Essa estrutura rigidamente hierarquizada dentro do modelo escravista era necessária para garantir uma economia baseada na exportação de produtos primários subordinada aos interesses do mercado mundial. Com isto ficou descartada a possibilidade de integração social, econômica e cultural daquelas grandes parcelas de força de trabalho liberadas que irão constituir a massa de marginalizados, saída das senzalas (MOURA, 1988, p.25).

São ao mesmo tempo dados históricos e contemporâneos de uma realidade social que,

[...] resgata o aqui, o agora e o antes e o daqui a pouco. É o pretérito imediato num longínquo. E sempre naquela acepção de que o passado não é o passado que está na cronologia. É o passado que é responsável pela constituição deste presente e este presente não é cronologia. Ele tem a ver com cronologia. Mas a cronologia é só um gancho para se conhecer o presente. (IANNI, 2011, p. 400)

Tendo em vista as reflexões de Ianni inferimos que a *primazia da história* no pensamento de Moura possibilita articular dialeticamente o estudo científico das relações sociais no período colonial escravista com o modo particular como foi realizada a passagem do escravismo para o capitalismo dependente que tem na superexploração do trabalho negro parte considerável de sua sustentação. Na abordagem que podemos chamar de historicização na

perspectiva de totalidade são avaliadas concretamente quais as relações fundamentais e secundárias nos processos dinâmicos dos diferentes períodos.

É por este requisito metodológico que o objeto de estudo nas obras de Moura não são as condições de vida dos escravizados, mas a própria condição de ser escravo, de ser mercadoria, ou seja, sua coisificação institucionalizada pelo Estado, introjetada pela sociedade e naturalizada por intelectuais de diferentes matizes ideológicas (SILVA, 2017, p.71)

Na atualidade a análise histórica exige conjugar os processos anteriores com a crise estrutural contemporânea do capital em articulação a crise pandêmica para entender os altíssimos níveis de mortes das populações negras e indígenas como uma estratégia progressiva de descartabilidade humana promovida pelo sistema nessa fase em que o modo de expropriar a riqueza passa por inovações tecnológicas incrementadas no auge da pandemia que deslocam a indústria como o centro da criação de valor e promovem o avanço da captura da riqueza social sem investimento, emprego ou produção por uma fração cada vez mais reduzida da burguesia. Ainda assim as economias não crescem o esperado pelos mercados financeiros. A crise em suas múltiplas expressões se prolonga afetando a legitimidade de sistemas políticos e partidários imaginados como perenes. As alternativas reacionárias e conservadoras de enfrentamento da crise fomentam o fascismo, o racismo, o sexismo, a misoginia, a xenofobia e a Lfbgtquia+fobia. É a atualização da generalização da violência e a desumanização como respostas para os problemas da humanidade.

As categorias típicas do racionalismo capitalista como o individualismo, a concorrência e a meritocracia são reelaboradas para exaltar formas de vida que já foram historicamente dominantes, mas que reatualizadas são consideradas válidas para a organização da sociedade atual. Os modos de vida do passado são resgatados e propostos como interpretações do presente. (SILVA, 2018, p. 9)

Na medida em que é cada vez menos considerado o valor concreto das mercadorias para suprir as necessidades humanas, que cada vez mais se subordinam à esfera da lucratividade, as populações negras e indígenas morrem pela Covid-19, mas também de miséria, de fome e de violência policial, expressões da questão social constituídas no interior do projeto de embranquecimento promovido pelo Estado brasileiro desde a sua fundação. Entender essa complexidade requisita a criação de uma realidade a partir da interpretação da própria realidade, o que resulta em uma interpretação que não se põe fora da história, ela impregna o objeto histórico. (IANNI, 2011, p. 403).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em seu livro *O negro: de bom escravo à mau cidadão?* (1977) Clóvis Moura realiza uma abordagem histórico-crítica do papel do negro nos processos emancipatórios da América Latina e Caribe identificando essa participação nas lutas de independência, com destaque para a Revolução Haitiana (1791) cuja independência foi conquistada pela revolta dos escravizados, e sinaliza a marginalização dos negros no interior das sociedades pós-coloniais a partir de uma visão panorâmica dos processos de passagem da escravidão para o capitalismo dependente.

Na interlocução com as referências marxistas e marxiana, particularmente os debates sobre metodologia histórica e sistemas globais refaz a trajetória dos negros do escravismo à pauperização interpretando tanto as suas lutas e formas de resistência como a sequência de barragens diretas e indiretas, institucionais ou não que compõem o sistema estrutural de manutenção de sua marginalização. E que ao mesmo tempo são componentes dinâmicos e estruturantes que atuam na sustentação do quadro de estratificação social que ordena as sociedades de classes latino-americanas. Nesta direção, aponta o sujeito negro como “grande credor político da sociedade latino-americana” (Moura, 1977, p.88).

No diálogo das reflexões de Moura com a categoria *amefricanidade* construída por Lélia Gonzalez em que a autora afirma a impossibilidade de nossas formações do inconsciente serem exclusivamente europeias e brancas, compreendemos que somos uma América Africana “cuja latinidade, por inexistente, teve trocado o t pelo d para aí sim, ter o seu nome assumido com todas as letras: Améfrica Ladina” (1988, p.69).

A amefricanidade ladina é a própria manifestação da humanidade dos sujeitos negros materializada nas revoltas, nas estratégias de re-existência, nas tecnologias de organização social dos quilombos, cimarrones, cumbes, rochelas, palenques, marronages e maroons societies, denominações das resistências negras ao escravismo em diferentes países. Movimentos e formações sociais que são o fundamento histórico e a potência dinâmica das lutas antirracistas contemporâneas no interior da racionalidade capitalista (Silva, 2021). Em contraposição ideológica também existem semelhanças na organização racista das relações sociais fundadas na branquitude e no mito da democracia racial.

O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças a sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores do Ocidente branco são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca demonstra sua eficácia pelos efeitos do estilhaçamento, de fragmentação da identidade racial que

ele produz: o desejo de embranquecer (de “limpar o sangue” como se diz no Brasil) é internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura (GONZALEZ, 1988, p. 73).

A branquitude teme a latinidade negra e indígena como um paradoxo perigoso, porque as nacionalidades construídas em forma de mosaicos ainda que tenham como fundamento os violentos golpes da colonialidade trazem nos seus cacos uma identidade em permanente conflito contra as sujeições impostas pela colonialidade de poder (Quijano, 2005).

A amefricanidade é uma categoria que contém historicidade porque é uma construção dos africanos diaspóricos e daqueles que já estavam aqui antes dos colonizadores. Pela ressignificação de mundo destruídos lá na África e cá na terra usurpada, pela resistência e criatividade nas lutas contra a escravidão, o genocídio, a exploração e a desumanização. “[...] a experiência amefricana diferenciou-se daquela dos africanos que permaneceram em seu próprio continente” (Gonzalez, 1988, p.78). Ao mesmo tempo a amefricanidade é histórica porque as experiências comuns nos obrigam, na atualidade, a resistir contra um sistema de dominação que tem a mercantilização da vida, o racismo e o sexismo como fundamentos para a perpetuação da alienação e expropriação. É uma categoria analítica que contém tanto os elementos históricos de uma realidade como nos permite através do aprofundamento das pesquisas sobre a diáspora negra resgatar os nexos que constituem as contradições da realidade contemporânea (Silva, 2021).

Não existe um “novo normal”, porque o que havia antes como normal continua existindo, só que agora de máscara. A pandemia não parou o racismo, não conteve a exploração, não reduziu os feminicídios, não arrefeceu nos abutres a gana de dilapidação da riqueza socialmente produzida. O acesso a condições dignas de vida somente para quem tem condições de pagar é o que autoriza a morte (em suas variadas formas) de determinados grupos sociais e configura a pactuação do Estado com a necropolítica (Mbembe, 2018), expresso, por exemplo, na fala do presidente da República: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?”

O mundo que conhecemos atravessa uma crise civilizatória acirrada pela pandemia de Covid-19, fazendo com que contradições históricas se tornassem mais visíveis. Vivemos a crise de um modelo de civilização inventado pela branquitude, que pelos últimos cinco séculos têm se servido de tudo e de todos como mercadoria, excluindo da condição humana todos que não estavam no âmbito da própria branquitude. Contudo, vemos novas lutas à vista de contradições históricas, um exemplo é a organização dos

trabalhadores de entregas por aplicativo, o Movimento dos Entregadores Antifascistas, que na pandemia organizaram paralizações do trabalho como uma das formas de reivindicar direitos aos trabalhadores informais. São quase 4 milhões de jovens – em sua maioria negros - que a pé, de motos ou bicicletas próprias e alugadas, fazem entregas, muitos trabalhando via aplicativo sem nenhum direito de proteção trabalhista. A forma “uberizada” do trabalho de entregas reatualiza, por exemplo, uma imagem do final do século XIX, quando trabalhadores negros ficavam horas nos cais dos portos à espera de serem chamados para descarregar cargas dos navios.

As lutas dos movimentos antirracistas e antifascistas, com pandemia ou sem pandemia, são lutas pelo direito à vida, lutas para sermos tratados como humanos, não somente do ponto de vista jurídico-formal. São em uma percepção mais ampla lutas contra o modelo civilizatório que está em crise. O que reforça o papel das mobilizações coletivas. E são movimentos que eclodem na pandemia, porque no curso desigual da circulação do vírus incide para os pobres, favelados e periféricos que são em maioria negra, a tragédia de escolher entre morrer de fome, da doença ou da violência de Estado. É nesta perspectiva de luta e resistência históricas que pensamos a práxis negra como uma categoria evidenciada no pensamento de Moura, que aparece simultaneamente como a explicação científica de um acontecimento, de uma realidade e como o resgatar dos nexos que constituem a realidade, no caso brasileiro os efeitos das resistências negras na organização social.

Clóvis Moura captou o lugar dos sujeitos negros na sociedade brasileira para além das aparências abarcando os dados factuais coligidos no mapeamento e na sistematização dos quilombos, guerrilhas e insurreições como dimensões concretas do real, articulando criticamente processos e movimentos deixados de lado pela historiografia e sociologia hegemônicas. Abriu para nós da atualidade um caminho de crítica teórico-metodológica às pesquisas que insistem no encobrimento do caráter central dos conflitos raciais na formação da sociedade de classes brasileira.

O desvelamento do racismo como componente dinâmico das modernas relações sociais o coloca como questão nas sociedades capitalistas, pois adquire um significado mais abrangente, estrutural e estruturante, da ideologia de dominação. E é precisamente o entendimento do papel social, ideológico e político do racismo nas sociedades pós-coloniais que permite compreender a constante atualização de sua polimorfia de modo a organizar estratégias capazes de enfrentá-lo. (SILVA, 2017, p. 77)

A conhecida frase “*Quem erra na análise, erra na ação*” está mais atual do que nunca. Trata-se de uma questão de vida ou morte considerando que durante a pandemia cerca de

33 milhões de pessoas foram lançadas na condição de famintas no país sendo que em 2021 o Produto Interno Bruto-PIB agregado do agronegócio alcançou participação de 27,4% no PIB brasileiro (CEPEA, 2022). A apreensão crítica dos processos sociais em sua totalidade vinculada à análise do movimento histórico da sociedade brasileira é estratégica para o enfrentamento à lógica de morte imposta pelo capitalismo. As existências concretas de negros e indígenas como classe trabalhadora presumem desigualdades sociais modeladas historicamente por racismo e sexismo. São desprovidos da propriedade dos meios de produção, mas providos de condições desiguais de raça, gênero, sexualidade e classe.

A raça é um conceito construído pela burguesia para desenhar, no campo das ideias, construções que falseiam a realidade, pois o racismo e seus derivados não apresentam nenhuma validade científica. Com esse sistema de supremacia racial um ideal de branqueamento ganha centralidade e que carrega em seu bojo representações negativas sobre a população negra. Animalização, bestialização e irracionalidade são alguns dos estereótipos evocados para caracterizar a inferioridade da população negra. A branquitude, por seu turno, servirá de parâmetro distintivo universal (ALMEIDA, 2017, p. 38).

No Brasil o racismo não é um matiz da questão social. Não pode ser simplesmente identificado como uma das suas expressões, ainda que esteja presente em todas. Na contemporaneidade o desafio de lidar com a polimorfia do racismo exige o compromisso ético-político com a construção cotidiana de uma práxis implicada na desnaturalização da vida social em todas as suas dimensões. A brutalidade e a voracidade do sistema não nos permitem mais a luta isolada. Lorde (2015, s.p) sinaliza que não existe hierarquia de opressão porque o sexismo e o heterossexismo têm a mesma fonte do racismo.

Eu não posso me dar ao luxo de lutar por uma forma de opressão apenas. Não posso me permitir acreditar que ser livre de intolerância é um direito de um grupo particular. E eu não posso tomar a liberdade de escolher entre as frentes nas quais devo batalhar contra essas forças de discriminação, onde quer que elas apareçam para me destruir. E quando elas aparecem para me destruir, não demorará muito a aparecerem para destruir você. (Audre Lorde, negra, lésbica, feminista, socialista, poeta, mãe)

REFERÊNCIAS

ABRASCO; BORRET, H. Desigualdade racial: por que negros morrem mais que brancos na pandemia? 2020. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/desigualdade-racial-por-que-negros-morrem-mais-que-brancos-na-pandemia/49455/>. Acesso 29 de ago.2022.

ALMEIDA, M. da S. Diversidade humana e racismo: notas para um debate radical no serviço social. *Argumentum*. Vitória, v.9, n.1, p. 32-45, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/15764/10929>. Acesso 29 de ago.2022.

APIB. Panorama geral da Covid-19. Disponível em: <https://apiboficial.org/>. Acesso 29 de ago.2022.

BBC NEWS BRASIL. 'Tratamento precoce': governo Bolsonaro gasta quase R\$ 90 milhões em remédios ineficazes, mas ainda não pagou Butantan por vacinas. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55747043>. Acesso 29 de ago.2022.

BUTLER, J. Vida precária. *Contemporânea*. n. 1 p. 13-33 Jan.–Jun. 2011. Dossiê Diferenças e (Des)Igualdades. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/18/3>. Acesso 29 de ago.2022.

CEPEA. PIB do Agro cresce 8,36% em 2021; Participação no PIB brasileiro chega a 27,4%. Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br>. Acesso 01 de jun.2022.

FIOCRUZ. Negros são os que mais morrem por Covid-19 e os que menos recebem vacinas no Brasil. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/podcast/negros-sao-os-que-mais-morrem-por-covid-19-e-os-que-menos-recebem-vacinas-no-brasil>. Acesso 01 de jun.2022.

ENGELS, F. *Anti-Dühring*. São Paulo: Boitempo, 2015.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, ANPOCS, 1984, p.223-244. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509709/mod_resource/content/0/06%20-%20GONZALES%2C%20L%20-%20A%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso 01 de jun.2022.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade". *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf>. Acesso 01 de jun.2022.

IANNI, O. A construção da categoria. In: *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, número especial, abril 2011, p. 397-416. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639917/7480>. Acesso 29 de ago.2022.

- LORDE, A. Não existe hierarquia de opressão. Geledés, 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/nao-existe-hierarquia-de-opressao/>. Acesso 29 de ago.2022.
- MOURA, C. O negro, de bom escravo a mau cidadão? Rio de Janeiro: Conquista, 1977.
- MOURA, C. Dialética radical do Brasil negro. São Paulo: Anita, 1988
- MOURA, C. O racismo como arma ideológica de dominação. Geledés, 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-racismo-como-arma-ideologica-de-dominacao/>. Acesso 27 de ago.2022.
- MOURA, C. Dicionário da escravidão negra. São Paulo: Edusp, 2013.
- MBEMBE, A. Necropolítica. São Paulo: n-1, 2018.
- MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: Cadernos PENESB nº 5, 2003. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoos-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>. Acesso 27 de ago.2022.
- NETO, J.P. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. In: Temporalis, ano 2, n.º 3. Brasília: ABEPSS: 2001.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Set.2005.
- SILVA, A.P.P. da. Resistências negras e amefricanidade: diálogos entre Clóvis Moura e Lélia Gonzalez para o debate antirracista das relações de classe na América latina. Revista Fim do Mundo, n. 4, p. 42-59, 2021.
- SILVA, A.P.P. da. Racismo estrutural, crise do capital e ofensiva conservadora: desafios à consolidação da igualdade racial nas políticas sociais públicas. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22110>.
- SILVA, A.P. P. da. O contrário de casa grande não é senzala, é quilombo! A categoria práxis negra no pensamento social de Clovis Moura. Tese. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.